

Meio: Jornal Economico
Data: 28/09/2020

LEI QUADRO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

Firmas multidisciplinares dividem advogados

PS prepara anteprojeto de lei para reorganizar as ordens, abrindo caminho à criação de sociedades compostas por advogados e outros profissionais. Bastonário é contra, mas a classe está dividida.

MARIANA BANDEIRA
mbzandra@jornaleconomico.pt

O PS está a preparar um anteprojeto de lei para reorganizar as ordens profissionais, que abrirá a porta à criação de sociedades multidisciplinares compostas por advogados e outros profissionais, como revisores de contas e consultores. Tal como sucedeu da última vez que o assunto esteve em discussão, durante o Governo de Passos Coelho, trata-se de uma questão fraturante na classe, incluindo entre os líderes dos grandes escritórios portugueses. Se alguns temem a banalização da profissão, outros consideram que Portugal pode aprender com as experiências de países como Espanha e França, onde a multidisciplinaridade é permitida, permitindo servir melhor os clientes.

O bastonário da Ordem dos Advogados, Luís Menezes Leitão, considera que as sociedades multidisciplinares são um ataque que tem vindo a ser dirigido às ordens profissionais. Ao Jornal Economico (JE), Menezes Leitão admite que esperava ter recebido indicações por parte dos deputados e ver o anteprojeto de lei antes da sua publicação.

"O ataque foi expresso nas jornadas parlamentares do PS. As iniciativas são absurdas, totalmente prejudiciais ao interesse público e aos direitos dos cidadãos e poderá levar as auditorias a entrar no exercício da advocacia, o que nos parece gravemente atentatório dos direitos das pessoas. As sociedades teriam sócios a tomar decisões e deliberações sobre assuntos que não estariam sujeitos a certas regras deontológicas", assevera.

Em sentido contrário, Rogério Fernandes Ferreira, sócio fundador da RFF & Associados, está de acordo com a criação de sociedades multidisciplinares e considera-as interessantes do ponto de vista dos clientes, que ficarão mais bem servidos. "Por exemplo, é útil em sociedades como a nossa, que se dedica à área fiscal (transversal) em que, cada vez mais, é preciso multidisciplinaridade e uma ligação efetiva com contabilistas, economistas, revisores oficiais de contas",



Unep/ian

explica ao JE. O fiscalista diz que, neste momento, as sociedades de média dimensão já concorrem com as grandes consultoras. No entanto, Rogério Fernandes Ferreira considera que esta liberalização tem de ser acompanhada pela manutenção dos atos próprios de advogados, bem como de uma "atitude muito agressiva" contra a procuradoria ilícita, elogiando o trabalho desenvolvido nesse sentido pelo Conselho Regional de Lisboa (CRL) da Ordem dos Advogados (OA), presidido por João Massano.

Por seu turno, António Jaime Martins, sócio fundador da ATMJ e ex-presidente do CRL, apelida a proposta de "frete às consultoras". "É péssima para os profissionais, cidadãos e empresas. Espero que o bom senso impere e não se ceda aos poderes políticos. Os profissionais vão ser confrontados com a concorrência de empresas que não pautam o seu comportamento por um código que disciplina as relações de um advogado com outros operadores judiciais e com os seus clientes", afirma. "Era a mesma coisa que nós permitirmos que os atos próprios dos enfermeiros, dos médicos ou dos engenheiros civis pudessem ser praticados por outras entidades", diz. É crítica os legisladores por a tratarem a advocacia "como se fosse meta atividade económica, como vender carne num talho ou pão numa padaria".

PS quer ordens * mais modernas*

As alterações que o PS pretende fazer no estatuto das ordens abrange quase duas dezenas de entidades para além da OA. Em entrevista à Lusa, a líder do grupo parlamentar do PS, Ana Catarina Mendes, defendeu que é necessário seguir as recomendações da União Europeia a este respeito. A deputada considera essencial "remover as barreiras do acesso à profissão", frisando que as ordens devem ser um "bocadinho mais modernas", afirmou.

Tal como o JE noticiou no ano passado, um estudo da Autoridade da Concorrência concluiu que esta abertura nas profissões da área da Justiça – advogados, notários e solicitadores – terá um impacto positivo de 32 milhões de euros na economia. ●



LUIÍS MENEZES LEITÃO
Bastonário da Ordem dos Advogados



ROGERIO FERNANDES FERREIRA
Sócio fundador da RFF & Associados



ANTÓNIO JAIME MARTINS
Sócio fundador da ATMJ



ANA CATARINA MENDES
Líder do grupo parlamentar do Partido Socialista